

CONSELHO NACIONAL DO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**Declaração sobre a
Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20)**

***RUMO A UMA «ECONOMIA VERDE»
AO SERVIÇO DAS PESSOAS E DO BEM COMUM***

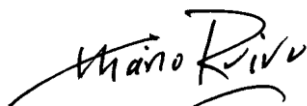
1. Aproximamo-nos da realização, em junho de 2012, da Conferência Rio+20, dedicada pelas Nações Unidas ao tema do Desenvolvimento Sustentável, de acordo com a Resolução 64/236, adotada em 2009 pela Assembleia-Geral das Nações Unidas.
2. O Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNADS) tem acompanhado este processo, saúda a iniciativa e encoraja as instituições públicas, os parceiros sociais, as organizações não-governamentais e as empresas a participarem no evento e no debate sobre os temas que lhe dão substância e sentido.
3. O CNADS salienta a singularidade crítica da situação que se vive à escala planetária, com a crise financeira e económica iniciada nos EUA em 2007-2008 mas que transferiu entretanto o seu epicentro para a União Europeia, em particular para os países da Zona Euro, fazendo igualmente sentir os seus impactos, ainda que de forma diferenciada, nas restantes regiões do globo.
4. A prolongada conjuntura de recessão económica, com as implicações para o Estado social, e a incerteza em relação ao futuro contribuem para explicar o facto de, para muitos cidadãos, a próxima realização do Rio+20 constituir, apesar da proximidade do evento, um acontecimento ainda desconhecido. Com efeito, tanto a atenção dos cidadãos como a dos órgãos de comunicação social têm estado centradas na crise financeira e económica.
5. É inegável que estamos a viver, tanto ao nível nacional como internacional, um longo período de dificuldades e incertezas que tendem a colocar num segundo plano as questões do ambiente e da sustentabilidade. Esta tendência, contudo, leva o CNADS a considerar que ainda mais premente se torna enfatizar a importância da Conferência Rio+20 na sua tripla dimensão, envolvendo a esfera governamental, a pluralidade da sociedade civil e a diversidade dos sectores económicos, todos atores fundamentais na construção da sustentabilidade ambiental, económica e social.
6. Cabe acentuar que a realização desta Conferência, 20 anos depois, constitui uma afirmação da vontade dos *Povos da Terra* de renovar o compromisso do Rio 92 para um desenvolvimento sustentável, no âmbito de uma estratégia que estabeleça um equilibrado relacionamento com o planeta e assegure a solidariedade global e inter-geracional. Urge prosseguir o esforço inovador no plano institucional, com vista a fazer evoluir o sistema face aos novos requisitos de um envolvimento ativo e participado por todos os interessados, compatibilizando os vários níveis de ação (global, regional, nacional e local).
7. O CNADS é favorável às propostas que apontam para o reforço do sistema institucional à escala mundial, incluindo a conversão do UNEP numa Agência especializada das Nações Unidas, contribuindo para uma melhor articulação entre os temas de Ambiente e de

Desenvolvimento, potenciando uma resposta mais eficiente, focada e célere à crise ambiental e às necessidades de bem-estar da humanidade e das sociedades que a integram.

8. O CNADS realça, igualmente, a importância da União Europeia enquanto elemento ativo no plano da diplomacia ambiental, como tem acontecido no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, em particular do Protocolo de Quioto. Deste modo, acentuar-se-ia a necessidade de, também ao nível regional e nacional, serem assumidas políticas comuns enquanto instrumento de realização da promessa de um desenvolvimento realmente sustentável.
9. Por outro lado, o CNADS destaca a importância de Portugal e dos países lusófonos se empenharem de forma concertada nas grandes causas da sustentabilidade, incluindo a luta pelos Objetivos do Milénio. A língua portuguesa e as privilegiadas relações diplomáticas entre nações que falam e comungam de uma língua e de uma história comuns constituem uma base para o estabelecimento de parcerias que unam na ação, em prol do desenvolvimento sustentável, capacidades e recursos que podem ser mobilizados tendo por fulcro iniciativas públicas e privadas baseadas em redes de atores no âmbito da CPLP. Na presente conjuntura de crise financeira e económica, o reforço da ajuda ao desenvolvimento (AOD) constituiria um sinal positivo de solidariedade internacional.
10. O CNADS considera fundamental para a viabilização dos objetivos do Rio + 20 a especial atenção que tem sido dada a uma Economia Verde (*Green Economy*) e a crescente preocupação com um sistema de comércio internacional mais justo e sustentável. O CNADS sublinha a importância de interiorizar esses objetivos na realidade portuguesa, nomeadamente nas parcerias entre Universidades, Fundações, Empresas e Organizações da Sociedade Civil, na revitalização da agricultura, num desenvolvimento sustentável dos recursos e espaços marítimos nacionais, na valorização e continuidade da aposta estratégica nas energias renováveis, bem como na mitigação e adaptação às alterações climáticas. Nesta perspetiva, é fundamental proceder a uma avaliação prospetiva dos resultados do Rio + 20 tendo em conta a sua aplicação no quadro nacional e no contexto da União Europeia.
11. A nível nacional, no presente contexto de recessão e desemprego, o CNADS salienta a importância da implementação das Agendas 21 locais, envolvendo autarquias, empresas e partes interessadas (*stakeholders*) na promoção de programas locais de desenvolvimento sustentável, mobilizando, entre outras, as oportunidades ainda disponíveis do QREN, complementarmente reforçadas através de roteiros estratégicos de carácter temático e/ou regional.
12. O CNADS considera, ainda, que os princípios inerentes a uma Economia Verde e os resultados da Conferência Rio+20 merecem atenta consideração na reformulação em curso da Lei de Bases do Ambiente (LBA), numa visão integrada de promoção de políticas públicas que assegurem os pilares económico, social ambiental e do desenvolvimento sustentável.

[Aprovada na 2ª Reunião Ordinária do CNADS
de 2012, realizada em 27 de Fevereiro]

O Presidente



Mário Ruivo